



## PRINCÍPIOS GERAIS DA POLÍTICA INDUSTRIAL DA UE

A política industrial da UE procura melhorar a competitividade da indústria europeia, assegurando assim a manutenção do seu papel como motor de desenvolvimento e de emprego sustentável na Europa. Foram adotadas várias estratégias de modo a assegurar melhores condições de enquadramento para a indústria da UE, tendo a mais recente sido descrita na comunicação intitulada «Por um renascimento industrial europeu», de janeiro de 2014.

### BASE JURÍDICA

Artigo 173.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

### OBJETIVOS

A política industrial é de natureza horizontal e visa a criação de condições-quadro favoráveis à competitividade industrial. Está também bem integrada com diversas outras políticas da UE como a política comercial, o mercado interno, a investigação e inovação, o emprego, a proteção do ambiente e a saúde pública. A política industrial da UE está especificamente orientada para: 1) «acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais»; 2) «incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas do conjunto da União, e nomeadamente das pequenas e médias empresas»; 3) «incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas»; e 4) «fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de investigação e de desenvolvimento tecnológico» (artigo 173.º do TFUE).

### REALIZAÇÕES

#### A. Introdução

Os instrumentos da política industrial da UE, que são também os da política de empresas, têm por objetivo a criação de condições gerais que permitam aos empresários e às empresas tomar iniciativas, explorar as suas ideias e aproveitar as oportunidades. Todavia, a política industrial deve ter em consideração as necessidades e características específicas dos diferentes setores. Os relatórios anuais europeus para a competitividade analisam os pontos fortes e os pontos fracos da economia europeia em geral, e da indústria europeia em particular, podendo assim desencadear iniciativas e políticas transeitoriais ou setoriais.



## B. Para uma política industrial integrada

Enquanto que nas décadas de 1980 e de 1990 as instituições europeias se estavam a centrar na criação de um Mercado Único, o início da União Monetária e o alargamento europeu desviaram a atenção para a política industrial. Pela primeira vez, em julho de 2005, a comunicação da Comissão intitulada «Implementar o Programa Comunitário de Lisboa: um enquadramento político para reforçar a indústria transformadora da UE, rumo a uma abordagem mais integrada da política industrial» ([COM\(2005\)0474](#)) aplaude uma abordagem integrada para uma política industrial baseada num programa específico para iniciativas setoriais e transectoriais.

A comunicação de 2008 da Comissão, intitulada «Plano de ação para um consumo e produção sustentáveis e uma política industrial sustentável» ([COM\(2008\)0397](#)), procura apresentar um conjunto de medidas para estimular um consumo e produção mais sustentáveis, tornando a economia europeia mais competitiva. De modo a realizar este «círculo virtuoso», o plano de ação propõe utilizar uma multiplicidade de instrumentos políticos. Por exemplo, as exigências do consumidor devem ser canalizadas para um consumo mais sustentável através de um sistema de rotulagem simplificado.

Em resposta aos desafios de assegurar um fornecimento sustentável de matérias-primas que não a energia à economia da UE, a Comissão adotou a «Iniciativa matérias-primas» ([COM\(2008\)0699](#)), que procura assegurar condições equitativas no acesso aos recursos em países terceiros, melhores condições de enquadramento para a extração de matérias-primas na UE e uma redução no consumo de matérias-primas através de uma eficaz utilização dos recursos e da promoção da reciclagem. Uma posterior comunicação da Comissão ([COM\(2011\)0021](#)) propôs o reforço da implementação desta iniciativa.

Na comunicação «Preparar o futuro: conceber uma estratégia comum para as tecnologias facilitadoras essenciais na UE» ([COM\(2009\)0512](#)), a Comissão delineou que a UE irá promover a utilização das tecnologias facilitadoras essenciais (TFE) no seio do atual quadro político sugerindo ainda a criação de um grupo de peritos de alto nível que será responsável pelo desenvolvimento de uma estratégia comum a longo prazo. No seu relatório final, o grupo de alto nível propôs 11 recomendações políticas para o desenvolvimento e a aplicação das TFE na Europa.

## C. A Estratégia Europa 2020 e «Uma política industrial para a era da globalização»

Em março de 2010, a Estratégia de Lisboa foi substituída pela Estratégia Europa 2020 («Europa 2020 — Uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo» — [COM\(2010\)2020](#)). A estratégia «Europa 2020» apresenta sete iniciativas emblemáticas. Existem quatro iniciativas especialmente relevantes para o melhoramento da competitividade da indústria da UE: «União da inovação» ([COM\(2010\)0546](#)), «Uma Agenda digital para a Europa» ([COM\(2010\)0245](#)), «Uma política industrial para a era da globalização» ([COM\(2010\)0614](#)) e «Novas competências para Novos Empregos» ([COM\(2008\)0868](#)). A iniciativa emblemática «Uma política industrial para a era da globalização» concentra-se em dez ações para



a competitividade industrial europeia, dando mais ênfase, por exemplo, a fatores como o crescimento das PME e o aprovisionamento e gestão de matérias-primas.

A comunicação da Comissão «Política Industrial: Reforçar a competitividade» ([COM\(2011\)0642](#)), adotada em 14 de outubro de 2011, solicita reformas estruturais profundas, bem como políticas coerentes e coordenadas nos diferentes Estados-Membros, a fim de reforçar a competitividade económica e industrial da UE e de promover o crescimento sustentável a longo prazo. A comunicação destaca vários domínios-chave nos quais são necessários esforços mais enérgicos: mudanças estruturais na economia, inovação das indústrias, sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos; ambiente empresarial; mercado único; e PME.

Em 10 de outubro de 2012, a Comissão apresentou uma comunicação ([COM\(2012\)0582](#)) intitulada «Reforçar a indústria europeia em prol do crescimento e da recuperação económica — Comunicação de atualização das ações da política industrial» destinada a apoiar investimentos na inovação, com foco em seis áreas prioritárias com grande potencial (tecnologias de fabrico avançadas com vista a uma produção limpa; tecnologias facilitadoras essenciais; bioprodutos; política industrial, construção e matérias-primas sustentáveis; veículos e embarcações limpos; e redes inteligentes). A comunicação realçou ainda a necessidade de melhores condições de mercado, de acesso ao financiamento e ao capital, de investimento em capital humano e em competências como meio de promover a competitividade da indústria.

Em janeiro de 2014, a Comissão apresentou a comunicação intitulada «Por um renascimento industrial europeu» ([COM\(2014\)0014](#)). A comunicação centra-se na inversão da tendência para o declínio industrial e na consecução do objetivo de aumentar para 20 % o peso da atividade industrial no PIB até 2020. A Comissão afirma que, para atrair novos investimentos e criar um melhor clima empresarial, a UE necessita de políticas mais coerentes no domínio do mercado interno, incluindo infraestruturas europeias como a energia, os transportes e as redes de informação, os bens e os serviços. É igualmente assinalada a importância de uma cooperação reforçada nos domínios da administração pública de qualidade, do comércio, da investigação e das matérias-primas.

Essa política foi completada em 2016 com a Comunicação intitulada «Digitalização da Indústria Europeia - Usufruir de todos os benefícios do Mercado Único Digital» ([COM\(2016\)0180](#)), que se centra na transformação digital e aborda desafios conexos, como o financiamento, a normalização das TIC, os grandes volumes de dados e as competências. Além disso, a Start Up and Scale Up Initiative (iniciativa a favor das empresas em fase de arranque e em expansão) ([COM\(2016\)0733](#)), adotada em 2016, tem como objetivo oferecer todas as oportunidades aos diversos empresários inovadores de se tornarem líderes mundiais.

#### **D. Programas de apoio da UE**

As atuais políticas, programas e iniciativas que contribuem para uma política industrial da UE são numerosos e abrangem uma grande variedade de domínios. As iniciativas com uma dotação orçamental (por ordem de importância) política de coesão, Horizonte 2020, Mecanismo Interligar a Europa e COSME, representam quase 200 mil milhões de EUR. Além disso, o «Plano de Investimento para a Europa» e o Fundo Europeu



para Investimentos Estratégicos (FEIE) visam mobilizar, pelo menos, 500 mil milhões de EUR em investimentos públicos e privados até 2020. Duas prioridades recorrentes destes programas e iniciativas são as PME e a inovação.

## O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU

As alterações que o Tratado de Maastricht introduziu no Tratado CE incorporaram pela primeira vez questões do domínio da política industrial, um progresso que podemos atribuir às iniciativas do Parlamento, que contribuiu para encorajar a reestruturação da siderurgia e apelou à adoção de uma política industrial mais dinâmica. Desde então, o Parlamento tem aprovado numerosas resoluções, as quais têm fortalecido a política industrial da UE. Algumas das mais recentes são as seguintes:

- A sua resolução, de 16 de junho de 2010, sobre a Estratégia Europa 2020<sup>[1]</sup> apoia firmemente uma política industrial e propõe a criação de um ambiente favorável à manutenção e ao desenvolvimento de uma base industrial forte, competitiva e diversificada na Europa. Além disso, acentua que a estratégia Europa 2020 deve divulgar os custos e benefícios de uma mudança para uma economia de eficiência energética sustentável.
- A sua resolução, de 9 de março de 2011, sobre uma política industrial para a era da globalização<sup>[2]</sup> sublinha a importância de uma visão mais completa para a indústria europeia em 2020, considerando a previsibilidade regulamentar e a estabilidade de longo prazo essenciais para atrair investimentos. Mais concretamente, o Parlamento insta a Comissão a dar maior destaque à reconversão industrial, à competitividade e à sustentabilidade, e a desenvolver uma estratégia industrial da UE ambiciosa, eficiente do ponto de vista ambiental e ecológica.
- A sua resolução, de 26 de outubro de 2011, sobre a agenda para novas qualificações e novos empregos<sup>[3]</sup> sublinha a importância de desenvolver uma cooperação mais estreita entre os institutos de investigação e a indústria e de encorajar e apoiar as empresas industriais no investimento nos domínios da investigação e desenvolvimento. O Parlamento apelou a um maior investimento na educação, investigação e inovação, à promoção de centros de excelência e à mobilidade dos jovens e ao apoio ao desenvolvimento de condições que estimulem o crescimento de empresas inovadoras.
- A sua resolução, de 19 de janeiro de 2012, sobre uma estratégia espacial para a União Europeia que beneficie os cidadãos<sup>[4]</sup> sublinha a importância de uma estratégia de investigação e inovação no domínio da política do espaço, que assegure o progresso tecnológico, o desenvolvimento industrial e a competitividade da UE e crie emprego na UE;
- A sua resolução, de 15 de janeiro de 2014, sobre reindustrializar a Europa para promover a competitividade e a sustentabilidade<sup>[5]</sup> avalia a situação atual da

---

[1]JO C 236 E de 12.8.2011, p. 57.

[2]JO C 199 E de 7.7.2012, p. 131.

[3]JO C 131 E de 8.5.2013, p. 87.

[4]JO C 236 E de 6.8.2013, p. 16.

[5]JO C 482 de 23.12.2016, p. 89.



indústria na Europa e propõe um conjunto de medidas destinadas a fazer face aos desafios atuais. Apoiava um renascimento da indústria para uma Europa sustentável (RISE) a fim de prosseguir os trabalhos em matéria de inovação rumo a uma nova revolução industrial.

- A sua resolução, de 4 de fevereiro de 2014, sobre o Plano de Ação para uma indústria siderúrgica competitiva e sustentável na Europa<sup>[6]</sup> realçou a importância da indústria siderúrgica nas cadeias de valor de base industrial, tais como a indústria automóvel e da construção e as indústrias mecânicas e elétricas. Solicita ainda a manutenção de uma produção siderúrgica europeia competitiva que garanta o crescimento económico e o emprego na Europa.
- A sua resolução, de 9 de junho de 2016<sup>[7]</sup>, visava a manutenção da competitividade e a liderança da indústria europeia de equipamento ferroviário.

Frédéric Gouardères  
05/2019

---

[6]JO C 93 de 24.3.2017, p. 59.

[7]Textos aprovados, [P8\\_TA\(2016\)0280](#).

